

O futuro do DF

Brasília

Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor de Redação

25 ABR 1993

Quando se programou a mudança da capital para Brasília, em 1956, o único aspecto realmente planejado foi o projeto urbanístico da nova cidade, vencido por Lúcio Costa com o nome de Plano Piloto. A pressa da mudança, compreensível na época, aliada à falta de tradição de planejamento no Brasil, fez com que aspectos importantes da transferência da sede do poder central para Goiás fossem subestimados ou ignorados.

Assim, o edital do projeto da capital pedia uma cidade administrativa para até 500 mil habitantes no ano 2000, subavaliando a tremenda força de atração de Brasília. Resultado: já andamos perto dos dois milhões de moradores e chegaremos ao final do século em torno dos três milhões, ou seis vezes a previsão inicial.

Por outro lado, essa imprevisão impediu que se planejasse a ocupação racional do solo do novo Distrito Federal e que se identificasse a verdadeira vocação industrial da região, que é Anápolis e não o SIA. Um pouco de previdência teria poupado Brasília de muitas cidades-dormitórios e daria àquele centro goiano, situado a 150 quilômetros daqui, condições de ser a Uberlândia ou a nova Ribeirão Preto do Centro-Oeste, com menos traumas e menos problemas para a nova capital, especialmente para os moradores das satélites inchadas com o passar do tempo.

Uma terceira imprevidência foi subestimar a vocação política e o desejo de participação da população do novo DF, que ficou mais de duas décadas em jejum eleitoral. E, quando esse jejum foi quebrado, obteve-se uma ampla autonomia política que não tinha lastro na autonomia econômica e financeira. Resultado: o DF é parcialmente subvencionado pela União e vive atrás do Tesouro Nacional para não ir à falência com o compreensível desgosto dos deputados e senadores dos esta-

dos, os quais não vêem com bons olhos uma ajuda federal que, em última análise, é paga pelos estados e municípios, pois deixam de receber o que a União investe em Brasília.

A atual situação, insustentável, tende a piorar com o passar dos anos. Na revisão constitucional que se aproxima, já há tendências fortes dentro do Congresso para cassar simplesmente a autonomia política do DF, reduzir os gastos da União e jogar no bolso dos brasilienses o custo de manutenção de Brasília e das satélites.

Diante desse quadro, agravado com a pressão crescente dos municípios próximos da capital, o chamado Entorno, só conseguimos ver, como solução mais ou menos estável e permanente, duas alternativas: ou o DF se amplia, absorvendo parte do Entorno, ganhando plena autonomia como estado e subdividindo-se em municípios; ou, ao contrário, o DF "encolhe", reduzindo-se à atual região administrativa do Plano Piloto e devolvendo a Goiás, em forma de municípios, todas as atuais satélites e sua zona rural. O pequeno DF, assim "encolhido", ficaria bem mais barato para os cofres federais, retornando-se ao que se imaginou no edital de 1956: uma capital meramente administrativa, com cerca de 500 mil habitantes estabilizados não só no ano 2000 mas no século futuro.

Não sabemos, sinceramente, qual a melhor das duas alternativas, pois ambas têm vantagens e desvantagens. E nem conseguimos enxergar uma terceira solução. A nossa única e sincera convicção é que, do jeito que está, o DF caminha para uma crise de insolvência de grandes proporções — e com a possibilidade concreta de atrair sobre si a antipatia e a hostilidade da opinião pública nacional, dos deputados e senadores e dos meios de comunicação das grandes capitais que, diga-se de passagem, desde a inauguração de Brasília até hoje ainda não conseguiram ver a capital federal com bons olhos.